LEI Nº 5.493, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2019

Autoriza concessão de direito real de uso de imóveis públicos para os fins e nas condições que menciona à empresa Ferminas Usinagem Ltda., e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Itaúna, Estado de Minas Gerais, aprovou, e eu, Prefeito, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a proceder à concessão de direito real de uso dos imóveis descritos no artigo 2º desta Lei, pelo prazo de 10 (dez) anos, à empresa **Ferminas Usinagem Ltda.**, com CNPJ nº 02.935.681/0001-05, Inscrição Estadual nº 338.242.517.0045, com endereço na Rua João Nogueira dos Santos, nº 82, Bairro Nogueirinha, Itaúna, Minas Gerais, para fins de implantação e expansão de suas atividades.

Art. 2º Será concedida uma área total de 1.440,00 m (um mil quatrocentos e quarenta metros quadrados) correspondente aos seguintes imóveis:

I - Lote de terreno nº 01, da Quadra 11, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Paracatu, tendo 24,00 metros pela frente com a referida rua; 30,00 metros, pela lateral direita confrontando com o lote 02; 38,40 metros, pela lateral esquerda confrontando com rua sem denominação, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.605, do Livro nº 2-DC, Folha 005;

II - Lote de terreno nº 02, da Quadra 11, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Paracatu, tendo 12 metros pela frente com a referida rua; 30 metros, pela lateral direita confrontando com o lote 03; 30,00 metros, pela lateral esquerda confrontando com o lote 01 e 12,00 metros pelos fundos confrontando com terreno de propriedade de Antônio Clemente, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.606, do Livro nº 2-DC, Folha 006;

III - Lote de terreno nº 03, da Quadra 11, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Paracatu, tendo 12 metros pela frente com a referida rua; 30 metros, pela lateral direita confrontando com o lote 04; 30,00 metros, pela lateral esquerda confrontando com o lote 02 e 12,00 metros pelos fundos confrontando com terreno de propriedade de Antônio Clemente, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.600, do Livro nº 2-DB, Folha 200;

IV - Lote de terreno nº 04, da Quadra 11, com área de 360,00 m² (trezentos e sessenta metros quadrados), situado na Rua Paracatu, tendo 12 metros pela frente com a referida rua; 30 metros, pela lateral direita confrontando com o lote 05; 30,00 metros, pela lateral esquerda confrontando com o lote 03 e 12,00 metros pelos fundos confrontando com terreno de propriedade de Antônio Clemente, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis desta Comarca sob o nº 22.601, do Livro nº 2-DC, Folha 001;

Art. 3º A concessão de direito real de uso dos imóveis de que trata esta Lei fica vinculada às seguintes condições a serem cumpridas pela empresa beneficiária:

I - dedicar-se às atividades constantes do seu contrato social, não se admitindo desvio de finalidade;

II - implantar as instalações e entrar em atividade na área total concedida no prazo máximo de 18 (dezoito) meses, contados da data de assinatura do contrato de concessão de direito real de uso;

III - evitar quaisquer causas de poluição, atendendo a todas as normas da legislação ambiental vigente, inclusive as de Licenciamento Prévio – LP, de Instalação – LI e Operacional – LO, se for o caso;

IV - apresentar projeto de construção civil à Secretaria Municipal de Regulação Urbana para a devida análise e posterior aprovação, antes do início das obras;

V - elaborar Projeto de Segurança Contra Incêndio e Pânico e submetê-lo à análise do Corpo de Bombeiros local para aprovação e implantação;

VI - recolher os tributos municipais em favor do Município de Itaúna, especialmente o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre suas atividades de prestação de serviços e o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU;

VII - declarar o VAF-DAMEF em favor do Município de Itaúna;

VIII - não interromper suas atividades por período superior a 6 (seis) meses nos próximos 10 (dez) anos, salvo por motivo justificado e com a devida anuência do Município de Itaúna, não podendo, entretanto, ultrapassar 12 (doze) meses de inatividade;

IX - manter a finalidade dos imóveis, assegurando ao poder concedente acesso às informações em caso de paralisação justificada, vedada a transferência e/ou cessão de direito de uso para terceiros sem a interveniência do Município;

X - quaisquer modificações nos objetivos da empresa, no quadro societário, inclusive transações comerciais que envolvam os imóveis públicos, somente poderão ser feitas com a anuência prévia do Município.

Parágrafo único. Resolve-se a concessão antes de seu termo, se a empresa concessionária cometer desvio de finalidade nos imóveis públicos, dando destinação diversa da estabelecida no contrato de concessão ou descumprir quaisquer encargos condicionantes descritos neste artigo, revertendo-se os imóveis ao Município, perdendo a empresa as benfeitorias de qualquer natureza realizadas e/ou edificações no bem, sem que caiba à concessionária o direito de quaisquer indenizações pelo concedente.

Art. 4º A concessionária registrará, as suas expensas, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Itaúna-MG, em cumprimento ao artigo 167, inciso I, "alínea 40", da Lei nº 6.015/1973, com as alterações dadas pela Lei nº 6.216/1975, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da assinatura do termo contratual.

Parágrafo único. Deverá ser averbada na matrícula dos imóveis públicos concedidos a Cláusula de Inalienabilidade.

Art. 5º Considerados o interesse público e a conveniência socioeconômica para a municipalidade, avaliados objetivamente por meio de estudos, projetos e política de desenvolvimento no Município, poderá o Executivo, com as condições expressas nesta Lei e mediante análise da proposta de investimento apresentada pela empresa, proceder à celebração do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, independentemente de licitação.

Art. 6º Compete à Secretaria Municipal de Administração, por intermédio da Gerência de Superior do Patrimônio, em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura e a Controladoria-Geral do Município, a fiscalização do cumprimento desta Lei, das cláusulas e encargos da concessionária assumidas no Contrato de Concessão de Uso.

Parágrafo único. A empresa concessionária deverá prestar contas anualmente aos órgãos administrativos descritos no *caput* desse artigo, quanto ao cumprimento dos encargos oriundos do Contrato de Concessão de Direito Real de Uso, especificamente dos empregos efetivamente gerados, bem como de seu faturamento.

Art. 7º Atendidas às condições estabelecidas no artigo 3º desta Lei e decorridos 10 (dez) anos de atividades da empresa nos imóveis, poderá o Executivo Municipal prorrogar o prazo da concessão de uso por igual período ou lhe outorgar escritura pública de doação precedida de estudo técnico da sua conveniência socioeconômica para o Município, observada a Lei nº 3.690/2002, que dispõe sobre as normas de doação de imóvel da Municipalidade:

I - na hipótese de doação, a escritura definitiva constará a Cláusula de Inalienabilidade pelo prazo de 10 (dez) anos prevista no inciso VI do artigo 1º da Lei nº 3.498/1999.

II - da escritura de doação também deverá constar cláusula expressa de que a beneficiária não poderá dar destinação diversa aos imóveis objeto da Lei, vinculada à atividade exclusivamente empresarial com objetivo de geração de emprego e renda.

Art. 8º Revogadas as disposições em contrário, esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Itaúna-MG, 12 de dezembro de 2019.

Neider Moreira de Faria
Prefeito do Município de Itaúna

Diógenes Lopes Nogueira de Sousa Vilela
Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Cultura

Helimar Parreiras da Silva
Procurador-Geral do Município